COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.372, de 2003

**Cria os Conselhos Federal e Regionais
de Zootecnia e dá outras providências.**

Autor: Dep. Max Rosanmann

Relatora: Dep. Andreia Zito

I – RELATORIO

É encaminhado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados com destino às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e a de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) – Art. 24, II, Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II e Regime de Tramitação Ordinária, advinda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ do Senado Federal.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 323, de 2009, que anteriormente tramitou na Câmara Federal como PL-1.372, de 2003, de autoria do deputado Max Rosenmann, já falecido, que “cria os Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia e dá outras providências”. O PL-1.372, teve o seu percurso de análise de mérito e conteúdo pela CTASP e CCJC da Câmara com apreciação terminativa, tendo sido aprovado, sem emendas e, sequencialmente como PLC 323, de 2009, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado foi revisado e aprovado com emendas que apresentaram a seguinte redação:

Emenda nº 1 – CCJ do Senado.

- Dê-se ao art. 1º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 1º É autorizada a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia, constituindo estes, no conjunto, uma autarquia federal, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira.”

Emenda nº 2 – CCJ do Senado

- Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

“Autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia.”

A proposta, ao criar os Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia, constitui estes, no conjunto, uma Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional dos Zootecnistas que, para o exercício de sua profissão, deverão inscrever-se nos conselhos regionais de sua região de atuação. Quanto à estrutura, à organização e ao funcionamento dos conselhos, o PLC nº 323, de 2009, que nesta nova apreciação na Câmara dos Deputados volta a denominar-se PL-1.372, de 2003, determina que a regulamentação destes tópicos deve ser disciplinada em estatuto próprio e aprovada por decreto.

No prazo regimental esta matéria não recebeu emendas nesta Comissão.

II – VOTO DA RELATORA

Reafirmamos o direito inegável que têm os profissionais oriundos das profissões regulamentadas no nosso País de desempenharem eles próprios um papel relevante nas atividades de controle e fiscalização do exercício de suas profissões, bem como de tribunal de ética das mesmas. Da mesma forma, vemos como altamente relevante que este papel dificilmente possa ser exercido, em sua plenitude, por profissionais de origem diversa daquela dos conselhos aos quais se encontram vinculados. Os Zootecnistas tiveram sua regulamentação profissional consolidada através da Lei nº 5.550, de 1968, que dispôs sobre o exercício da profissão de Zootecnista e, que em seu escopo legal, já previa, há cerca de 43 anos, em seu art. 4º, a instituição de conselhos próprios para esses profissionais, que na falta desses se encontram vinculados aos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, que respondem com limitações aos anseios da Zootecnia como categoria profissional. Na atualidade, já se estimam mais de 20.000 Zootecnistas formados em mais de uma centena de cursos oferecidos em diferentes instituições de nível superior, em todas as regiões do País. Mais de três mil novos Zootecnistas são graduados ao término de cada ano, perfazendo uma força de trabalho que cresce significativamente em resposta a vocação do Brasil como País de imenso potencial agropecuário. Soma-se a tudo isto, uma legião de empresas de fomento e produção animal inseridas na área da Zootecnia que podem e devem ser pelos Zootecnistas controladas e fiscalizadas para pleno atendimento de suas razões comerciais e negociais.

Por conclusão, somos do entendimento que o Projeto de Lei nº 1.372, de 2003, ora em nova apreciação, vem atender uma demanda absolutamente legítima dos Zootecnistas de todo o Brasil, pelo que nos posicionamos favoravelmente à sua aprovação com as emendas oriundas da CCJ do Senado que lucidamente revisam e

corrigem o PL-1372, de 2003, que passa a ter com as referidas emendas, caráter AUTORIZATIVO ao Poder Executivo para criar o sistema Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia.

Este é o nosso Parecer.

Sala da Comissão, em de maio de 2011.

Deputada ANDREIA ZITO
PSDB/RJ